

O que é um autor na reportagem: apontamentos sobre o exercício do estilo no texto jornalístico¹

Amanda Tavares de Melo DINIZ²
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

Campo historicamente associado à representação simbólica do real, o jornalismo instituiu como pilares a objetividade, a precisão e a concisão em suas práticas. Essa visão objetivista, alicerçada nos ideais do positivismo, defende o apagamento das marcas de subjetividade nos textos jornalísticos. A proposta deste artigo é discutir, frente à crise de paradigmas que questiona esses padrões, o que caracteriza e como se legitima a autoria dentro da reportagem, bem como que contribuições essa vertente mais autoral pode trazer ao jornalismo. Empregaremos um entrecruzamento das teorizações de Moretzsohn (2007) sobre as articulações entre objetividade e subjetividade em jornalismo, de Christofolletti (2004) sobre autoria na reportagem e de Possenti (2008) e Alceu Amoroso Lima (1969) sobre o estilo.

1. Introdução

Ao longo de sua história, o jornalismo buscou consolidar-se como instituição socialmente autorizada a narrar e interpretar sucessivamente os fatos cotidianos. Bebendo da teorização proposta por De Certeau (2008), podemos pensar essa legitimação enquanto campo profissional³ a partir de três eixos, que são articulados e sobredeterminam uns aos outros: *um lugar social, uma prática e uma escrita*. A noção de lugar social refere-se à ideia de que toda prática discursiva é socialmente construída, isto é, se sustenta a partir de interações e valores que se transformam com o tempo, no interior de determinado grupo profissional. Significa dizer que, para ser digno de credibilidade, todo discurso deve estar atrelado “ao estatuto dos indivíduos que têm – e somente eles - o direito regulamentar e profissional, juridicamente definido ou

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Email: amandatdemelo@gmail.com

³ Bourdieu divide o mundo social em “campos relativamente autônomos”, os quais apresentam relações de força internas e externas que influenciam suas próprias lógicas de funcionamento e as dos demais campos (por exemplo, o campo econômico) que se inter-relacionam dentro da estrutura social. “O campo jornalístico é, então, o lugar de uma lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito (por vezes designado como deontologia) funda as reputações de honorabilidade profissional” (1997, p. 105).

espontaneamente aceito, de proferir discurso semelhante” (CERTEAU, 2008, p. 72). Decorre daí o entendimento de *discurso enquanto prática*, o que mostra que o emprego de um conjunto de técnicas de apuração e redação dos textos deriva justamente do exercício desses códigos pelo grupo profissional e da aceitação deles por parte do público. O reconhecimento desses padrões profissionais pelo corpo social mais amplo é o que chancela o jornalismo como atividade coletiva e permite estabelecer certas leis de funcionamento no interior da escrita jornalística.

É ponto pacífico entre os pesquisadores da área que esses modelos canônicos de escrita calcados na objetividade, na primazia do factual e na concisão estão sedimentados profissional e socialmente como bases da *expertise* jornalística. É preciso reconhecer, contudo, que a crença em uma objetividade absoluta, constituída prioritariamente por procedimentos científicos e assépticos, vem sofrendo duros golpes, em decorrência da crise institucional e financeira vivenciada pelo jornalismo contemporâneo⁴. Sobre isso, pondera Moretzsohn: “uma polêmica central gira em torno da perspectiva de se conhecer o objeto ‘tal qual é’, na medida em que esse conhecimento depende do *sujeito*, do tipo de indagações que fará e dos instrumentos que desenvolve e utiliza nesse processo, e que evoluem ao longo da história” (2007, p. 181). Ora, se o processo de realizar recortes da realidade para representá-la em formato de notícia é atravessado pela subjetividade⁵ de quem o faz, como seria possível sustentar as máximas de que “os fatos devem falar por si sós” e de que as marcas de subjetividade devem ser eliminadas dos textos informativos? Indo de encontro a essa concepção, o nosso objetivo é defender o exercício de uma autoria dentro da reportagem, tendo como condição necessária a impressão de um estilo pessoal que entrará em negociação perene com o estilo do jornalismo na constituição das narrativas. A proposta será construída a partir da contribuição de Christofolletti (2004) sobre autoria e subjetividade na reportagem e da visão de Possenti (1995) acerca do “estilo como resultado do trabalho *com a e sobre a língua*”.

⁴ Confrontar o dossiê elaborado por C. W. Anderson, Emily Bell e Clay Shirky intitulado “Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos”, publicado em 2013, pela **Revista de Jornalismo ESPM**, Nº 5 (Ano 2), p. 30-89.

⁵ Neste artigo, operamos com a concepção bakhtiniana de sujeito, segundo a qual “a subjetividade é constituída pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito. Por isso, em Bakhtin, o sujeito não é assujeitado, ou seja, submisso às estruturas sociais, nem é uma subjetividade autônoma em relação à sociedade [...] *O sujeito é integralmente social e integralmente singular*. Ele é um evento único, porque responde às condições objetivas do diálogo social de uma maneira específica, interage concretamente com as vozes sociais de um modo único. A realidade é centrífuga, o que significa que ela permite a constituição de sujeitos distintos, porque não organizados em torno de um centro único.” (apud FIORIN, 2011, p. 78).

Complementando nossa fundamentação teórica, somam-se os trabalhos de Moretzsohn (2007) e de Cornu (1994) sobre as tensões e negociações entre objetividade e subjetividade dentro da reportagem e o célebre estudo de Alceu Amoroso Lima (1969) sobre a relação entre estilo jornalístico e o estilo do jornalista. Trechos de apresentações de livros, manifestos, entrevistas e discursos das premiadas repórteres Eliane Brum, Fabiana Moraes, Natália Viana e Svetlana Aleksievitch, nos quais elas abordam questões pertinentes ao ofício da reportagem e a presença do elemento subjetivo em seus trabalhos, serão citados para exemplificar esta análise teórica.

2. Objetividade e subjetividade na reportagem: diálogo possível (?)

O estabelecimento da objetividade como o traço definidor da escrita jornalística é corolário de uma construção histórica que teve por objetivo principal conferir um caráter profissional e anti-ilusionista à prática, tornando-a um produto comercial atraente para os mercados consumidores. Nas palavras de Marcelo Bulhões, na segunda metade do século XIX,

a crença no acesso ao real empírico era o prato do dia. Trata-se de um momento eloquente em que a cultura ocidental afirmava sua crença na ciência e na observação empíricas como únicas estratégias legítimas de conhecimento do mundo e instrumentos reformistas das estruturas sociais [...] É claro que o jornalismo do período participa intensamente dessa convicção, ou seja, a maneira de se conceber a atividade jornalística deixa-se impregnar por ela [...] A matéria do jornalismo seria a própria vida, mas a vida como substância plausível e demonstrável. Com tais credenciais, ele participa ativamente da crença de ser um reformador social, adquirindo, na vigência democrática, o estatuto de vigilante do poder político e de porta-voz da sociedade. Assim, o jornalismo passa a formular a respeito de si próprio um discurso que o associa ao compromisso de ‘dizer a verdade e nada mais que a verdade’. (2009, p. 22)

Esse excerto revela outro elemento diretamente envolvido na legitimação da objetividade como graal da atuação jornalística: o papel da mídia como fiscalizadora dos poderes dentro das sociedades democráticas⁶. Para que essa vigilância fosse possível e efetiva, criou-se a ideia de que era necessário ter uma imprensa desvinculada

⁶ Esta é a base da ideia do “quarto poder”, conceito formulado por Thomas Macaulay, em 1828, na Inglaterra. Esse pensamento “encaixa-se no contexto das revoluções liberais de fins do século anterior, que consagram o princípio da divisão de poderes concebido por Montesquieu: a imprensa seria esse elemento capaz de fiscalizá-los, para defender a sociedade de eventuais abusos do Estado [...] Da mesma forma, a imprensa aparece como os ‘olhos e ouvidos da sociedade’, ‘voz dos que não têm voz’. É claro que esse argumento escondia convenientemente os interesses de quem comandava a imprensa: Sevckenko (1998) nota que, já no estabelecimento da ordem burguesa, ‘a situação estava longe de ser luminosa’ e a imprensa ‘logo se tornou ela mesma um instrumento de manipulação, distorção e corrupção política’.” (MORETZSOHN, 2007, p. 117).

das instâncias de poder, ou seja, empresas midiáticas “neutras”, independentes de partidos políticos e de instituições governamentais, e que narrassem os acontecimentos exclusivamente a partir dos “óculos” da realidade factual. Disso deriva a implantação de *técnicas de apuração e escrita específicas para o campo jornalístico* – nos termos da tríade certauniana, exposta no tópico anterior -, capazes de balizar a atuação dos repórteres em torno de práticas reconhecidas pelos pares e pelo corpo social como objetivas e imparciais, a exemplo de “ouvir e registrar versões opostas, reproduzir citações na íntegra e dispor informações na ordem de importância” (BULHÕES, 2007, p. 25). O uso sistemático desses e de outros procedimentos previstos pela cartilha da objetividade contribuiu para o apagamento progressivo de indícios de subjetividade nos textos jornalísticos, bem como para a retirada quaisquer elementos considerados “acessórios”, como pronomes, adjetivos e comentários/digressões por parte do autor. Nesta época, ganhou força também a clássica – e extremamente discutível - distinção entre fatos e opiniões (*facts X comments*), responsável por restringir ainda mais o espaço dos textos de caráter interpretativo dentro dos jornais e revistas.

É possível entender que esses dois conceitos – o de ‘quarto poder’ e o da objetividade encarada dessa maneira reducionista – amparam um processo de mediação que se legitima ao ocultar-se a si próprio, resultando no que poderia ser classificado de *‘jornalismo de mãos limpas’*: afinal, a imprensa apenas ‘relata fatos’ e por isso não teria qualquer influência – muito menos, interesse - sobre o que divulga. Daí o costumeiro recurso à metáfora do ‘mensageiro’, através da qual *o jornalista procura isentar-se de responsabilidades sobre o noticiário que produz*. (MORETZSOHN, 2007, p. 119. Grifos nossos).

Ao demarcar seu lugar de fala como o de mero reproduzidor da “verdade dos fatos”, sem interferências de cunho pessoal, o jornalista afasta a incidência de uma possível responsabilização ética e jurídica pelo que escreve. Ainda segundo Moretzsohn, “isso é certamente consequência daquela ideia de objetividade que põe sob suspeita a ação do sujeito, ignorando que *todo conhecimento humano resulta de um processo simultaneamente objetivo e subjetivo*” (2007, p. 141. Grifo nosso). Essa afirmação é de grande valia para corroborar nossa tese de que a articulação entre as dimensões subjetiva e objetiva é não só possível, como fundamental para uma prática jornalística plural e emancipadora. Patrono dessa concepção, Daniel Cornu advoga em prol de uma ética da informação pautada na afirmação do sujeito como intérprete da realidade:

A discussão sobre a verdade tem de levar em conta a interpretação dos fatos e a justeza dos julgamentos que sobre eles se façam. Já não se pode abstrair-se da

intervenção dos próprios jornalistas, na sua subjetividade, como observadores, seletores e narradores dos fatos [...] Não se trata unicamente de afirmar a existência de uma subjetividade, mas de estabelecer uma relação íntima, essencial entre o objeto da interpretação e o sujeito interpretante que, no seu trabalho de compreensão, envolve uma compreensão de si mesmo. (CORNU, 1994, p. 329).

Com efeito, se o jornalista seleciona, interpreta e empreende escolhas temáticas e estéticas mediadas por sua subjetividade, nada mais lógico do que atribuir uma assinatura ao material produzido por ele, o que Christofolletti aponta como “a evidência mais clara da subjetividade no jornalismo” (2004, p. 132). Na contramão do que Moretzsohn chamou acima de “jornalismo de mãos limpas”, a imputação de um ou mais nomes a um produto jornalístico funcionaria “como uma impressão digital, um traço da identidade. A metáfora da impressão digital não é gratuita, já que se trata aqui de criminalização ou responsabilização penal por produtos de criação autoral” (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 155). Isso significa que o jornalista poderá ser responsabilizado social e juridicamente pelo que publicar, o que fortalece o compromisso ético com suas fontes, com o público e com a veracidade das informações divulgadas. Apesar disso, nos termos de Christofolletti, a positivação da assinatura não é suficiente para garantir, por si só, uma efetiva autoria dentro da reportagem jornalística. Isso ocorre em parte porque “não há uma política clara e definida para a assinatura no Jornalismo, e os profissionais e suas obras se regem por costumes da categoria, por normas editoriais e tendências de mercado que se cristalizam” (2004, p. 133). Para o pesquisador, a presença da assinatura em um texto, embora importante, funciona mais como um “dispositivo retroalimentador da credibilidade profissional”, um atestado de reconhecimento da relevância/qualidade/destaque do material produzido ou da experiência do jornalista, do que como uma prova incontestável da atuação do repórter enquanto autor (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 134).

Isso posto, o que é ser autor e que condições devem ser atendidas para que autoria possa ser exercida em uma reportagem? São questões que perseguiremos a seguir.

3. Subjetividade e autoria na reportagem: algumas considerações

Antes de adentrar a discussão propriamente dita sobre a autoria no jornalismo, é necessário tecer algumas considerações sobre o formato reportagem. De acordo com a

“Classificação Marques de Melo⁷” (2009; 2016), a reportagem pertence ao conjunto dos chamados “gêneros informativos”, junto com a notícia, a nota e a entrevista. Essa categorização propõe mais quatro espécies de gêneros jornalísticos, a saber: opinativo, interpretativo, diversional e utilitário⁸. Em que pese reconheçamos a importância do trabalho de Marques de Melo, não é objetivo deste artigo discutir os pormenores da classificação proposta pelo professor. Optamos por trazê-la ao nosso estudo para refletir sobre os cruzamentos entre as dimensões informativa, interpretativa e opinativa – cujas funções são de, respectivamente, “vigilância social”, “papel educativo, esclarecedor” e “fórum de ideias” (MARQUES DE MELO, 2016, p. 49) - que a reportagem pode engendrar em sua narrativa. Charaudeau também endossa esse caráter múltiplo da reportagem ao afirmar que

a reportagem jornalística trata de um fenômeno social ou político, tentando explicá-lo. ‘Um fenômeno social’ significa uma série de fatos que se produzem no espaço público, cuja combinação e/ou encadeamento representa, de uma maneira ou de outra, uma desordem social ou um enigma (princípio da saliência) no qual o homem está implicado. ‘O estado de fenômeno’: isso significa que este já é do conhecimento da maioria. Não está ligado de maneira direta com a atualidade, mesmo quando nela está ancorado. Ele preexiste, pois, ao surgimento da notícia, como uma realidade, o que o justifica como não ficção, podendo ser objeto de uma observação. Daí, *o ‘tentando explicá-lo’, que significa, ao mesmo tempo, que o estado de desordem ou de enigma constitui uma questão para a inteligência humana, e que é através da própria maneira de relatar o acontecimento que surgirão respostas às questões*, pois se presume que a reportagem relata o acontecimento integrando um comentário. (CHARAUDEAU, 2013, p. 221. Grifos nossos).

Ao integrar um comentário – que, segundo a classificação de Marques de Melo, faz parte do gênero opinativo - à narração dos fatos (própria do domínio informativo), a reportagem vai de encontro à supracitada separação entre informação e opinião (*facts X comments*), construindo um texto que “só se esgota no desdobramento, na pormenorização, no amplo relato dos fatos. O salto da notícia para a reportagem se dá

⁷ Segundo essa classificação, “gêneros jornalísticos correspondem a um sistema de organização do trabalho cotidiano de codificação das mensagens de atualidade, a partir das formas de expressão adotadas nas empresas e refletindo em certo sentido o consenso corporativo” (MARQUES DE MELO, 2003, p.11). Em trabalho posterior, o autor, em parceria com Assis, acrescenta: “Tipo jornalístico é o modelo assumido pela mensagem da atualidade com a finalidade de melhor preencher a função social que lhe corresponde na engrenagem midiática. Um exemplo: o gênero informativo comporta o formato reportagem, que, por sua vez, pode ser desenvolvido no tipo grande reportagem. A espécie – ou seja, o tipo – varia de acordo com a necessidade de trabalhar um acontecimento de determinada maneira, mas também pode implicar numa decisão autoral ou institucional e seguir uma padronização exigida pelo suporte que a veicula.” (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 48).

⁸ Cf. “Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório”, de autoria de José Marques de Melo e Francisco de Assis (2016). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>

no momento em que é preciso ir além da notificação” (BAHIA apud CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 168).

É na reportagem que o ato de narrar irá encontrar no sujeito narrador a sua sustentação maior, o suporte que vai dar ao relato a força, o envolvimento e o alcance das grandes histórias. O detalhamento das situações, os questionamentos pertinentes e a interpretação dão ao texto ‘uma nova dimensão narrativa e ética’. (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 168).

Essa visão também é partilhada por alguns nomes de prestígio dentro do jornalismo brasileiro. Esses “sujeitos narradores” destacam a importância de seus trabalhos para a reflexão a respeito de personagens ou acontecimentos do passado, que, revistados em suas reportagens, ajudam a compreender a nossa contemporaneidade. Para Natália Viana, fundadora da Agência Pública e vencedora do prêmio Gabriel Garcia Márquez de Jornalismo, concedido pela Fundação Nuevo Periodismo Iberoamericano (FNPI), em 2016, a reportagem é mais do que uma paixão: é uma necessidade social. A repórter e documentarista Eliane Brum, ganhadora de mais de 40 prêmios nacionais e internacionais, dentre eles o Jabuti, o Esso, o Sociedade Interamericana de Imprensa e o Troféu Especial de Imprensa ONU também endossa esse ponto de vista, ao escrever sobre essa “nova dimensão narrativa e ética” que a reportagem pode alcançar:

Eu acredito na reportagem como documento da história contemporânea, como vida contada, como testemunho. Exerço o jornalismo sentindo em cada vértebra o peso da responsabilidade de registrar a história do presente, a história acontecendo. Por isso, exerço com rigor, em busca da precisão e com respeito à palavra exata. Mas também com a certeza de que a realidade é complexa e composta não apenas de palavras. É feita de texturas, cheiros, nuances e silêncios. Na apuração de minhas matérias, busco dar ao leitor o máximo dessa riqueza do real, para que ele possa estar onde eu estive e fazer suas próprias escolhas. Este livro é também uma confissão de fé na reportagem, aquela que vai para a rua e se arrisca a ver o mundo. E uma confissão de minhas escolhas, meus sustos, meus dilemas e também de meus erros. (BRUM, 2008, p. 14)

Esta afirmação de Eliane Brum é uma defesa categórica da articulação dos vieses objetivo – no sentido de respeitar a exatidão dos fatos e das palavras dos entrevistados – e subjetivo – “Exerço o jornalismo sentindo em cada vértebra o peso da responsabilidade”, “uma *confissão* de *minhas* escolhas, *meus* sustos, *meus* dilemas e também de *meus* erros” – na atuação do repórter. Essa integração, contudo, nem sempre é alcançada e, em alguns casos, sequer se faz possível, tendo em vista as restrições que o jornalismo impõe à manifestação da subjetividade de seus autores. Procedimentos

técnicos, diretrizes editoriais, limites exíguos de tempo e de espaço, rotinas produtivas que giram em torno da padronização das práticas e até mesmo o receio de enfrentar possíveis represálias de cunho ético-jurídico são algumas razões elencadas para justificar o apagamento das vozes autorais dentro dos textos jornalísticos.

Nesses termos, como encontrar alternativas para exercer, de fato, o que Fabiana Moraes chamou de “*jornalismo de subjetividade*”⁹? Como conciliar os códigos coletivos da escrita jornalística com uma prática mais autoral dentro da reportagem? Primeiramente, é preciso esclarecer o que entendemos por autor em um texto. Para isso, beberemos da proposta foucaultiana de autoria no clássico texto “O que é um autor” (2001) citado por Rogério Christofolletti (2004):

O nome do autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer ‘isso foi escrito por tal pessoa’, ou ‘tal pessoa é o autor disso’, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em dada cultura, receber um certo status [...] O nome do autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. Conseqüentemente, poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, certo número de discursos que são providos da função ‘autor’, enquanto outros são dela desprovidos. Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem autor; um contrato pode ter um fiador, ele não tem um autor. Um texto anônimo que se lê na rua em uma parede terá um redator, não terá um autor. A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. (FOUCAULT apud CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 154. Grifos nossos).

Ao pensar a autoria como uma *função* a ser ocupada por um sujeito em determinado discurso, Foucault nos faz refletir sobre o *papel classificatório* que o nome do autor pode exercer em uma narrativa, na medida em que “a partir dele se pode reagrupar textos, traçar características comuns, delimitando-se um campo próprio para o autor.” (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 152). Outro ponto interessante diz respeito ao *status* que a positivação da autoria pode conferir a um texto, fazendo com que possa circular em

⁹ “É preciso pensar um jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, da subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana. Nele, são considerados, e não negados, os elementos que escapam da ‘rede técnica’ dessa área de conhecimento. Assume-se que não é possível domar o mundo exterior – e o Outro – em sua totalidade (independentemente de estarmos lidando com um ‘fato’, ‘fenômeno’ ou ‘acontecimento’), mas que devemos, antes, incorporá-lo, dentro de nossas limitações, às práticas jornalísticas. Assim, englobamos as fissuras e as subjetividades inerentes à vida – o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É, certamente, um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo.” (MORAES, 2015, p. 159).

contextos distintos, a depender de quem é o autor e de seu prestígio em determinada sociedade. Trazendo essa constatação para a seara jornalística, verificamos que

não apenas na literatura, mas também em outros campos, o nome do autor pesa. Como uma grife, uma chancela, o nome não traduz apenas quem responde por aqueles escritos. No Jornalismo, um texto de Paulo Francis não é apenas um conjunto bem articulado de mordacidade, virulência e polêmica. É um texto de Paulo Francis. No Jornalismo, uma reportagem de Joel Silveira não é uma matéria ordinária. É um trabalho que tem a rubrica do legendário repórter. Da mesma forma, um quadro pintado por Pablo Picasso é um Picasso, uma foto tirada por Sebastião Salgado alcança notoriedade não apenas pela sua qualidade técnica, mas também pela história recente que traz em seu bojo. Assim, o nome do autor deixa de ser complemento e torna-se substantivo: o livro é um Rubem Fonseca, o poema é um Drummond, o romance é um Proust... (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 154).

Além de atuar como um “princípio de agrupamento do discurso” (FOUCAULT, 2001) e como um elemento que confere maior ou menor prestígio/relevância a um produto artístico/jornalístico, o que mais caracteriza um autor?

O que faz de um indivíduo um autor (ou o que no indivíduo é designado como autor) é a ‘projeção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento que se dá aos textos, das aproximações que se operam, dos traços que se estabelecem como pertinentes, das continuidades que se admitem ou das exclusões que se praticam (FOUCAULT apud CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 155).

Interessante observar que, além de funcionar como um ponto de organização discursiva, a atuação de um autor em um texto *fornece pistas* para sua interpretação por um possível leitor¹⁰, verificáveis em elementos que se repetem ou, no polo oposto, em escolhas temáticas e/ou narrativas que não fazem parte do estilo de determinado autor. A propósito, podemos definir o *estilo* como “o conjunto de particularidades discursivas e textuais que cria uma imagem do autor, que é o que denominamos efeito de individualidade. Essa individualidade pode ser singular ou coletiva” (FIORIN, 2011, p. 66). Em jornalismo, porém, a questão de reconhecer e, sobretudo, de imprimir um estilo autoral é mais complexa do que em outras manifestações discursivas porque envolve a (intrincada) articulação entre as dimensões profissional [o estilo jornalístico e seus procedimentos institucional e socialmente legitimados] e pessoal [o estilo do repórter]. Discutiremos a seguir como se empreende um estilo na escrita jornalística justamente a

¹⁰ “[Umberto] Eco especula sobre o papel do autor e do leitor num texto, e defende a necessidade, devido à natureza do texto, da *cooperação do leitor*, mostrando como a mesma obra pode ser lida de diversas maneiras segundo o leitor ou segundo as diferentes maneiras como um mesmo leitor a encare” (POSSENTI, 2008, p. 226).

partir deste amálgama entre os cânones do jornalismo e os recursos expressivos usados pela pessoa que escreve, ancorados na afirmação de Sírio Possenti de que “há algo que não está no que é dito, mas na maneira de dizer, e que denuncia um ponto de vista” (2008, p. 73). Esse debate sobre o estilo é fundamental para este estudo, visto que comungamos da tese de Christofolletti de que “o estilo é uma condição de existência da autoria, sua forma mais bem acabada de visibilidade e evidência” (2004, p. 162).

4. O estilo como condição necessária para uma voz autoral

Em discurso feito à Academia Sueca ao receber o prêmio Nobel de Literatura, em 2015, a jornalista ucraniana Svetlana Aleksievitch afirmou:

Sempre me atormentou o fato de que a verdade não se sustenta num só coração, num só espírito. Que ela é de algum modo fragmentada, múltipla, diversa e dispersa pelo mundo [...] O que eu faço? Recolho sentimentos, pensamentos, palavras cotidianas. *Reúno a vida do meu tempo*. O que me interessa é a história da alma. *A vida cotidiana da alma*. Aquilo que a grande história geralmente deixa de lado, que trata com desdém. *Eu me ocupo com a história omitida*. Ouvi mais de uma vez e ainda ouço que isso não é literatura, que é documento. Mas o que é literatura hoje? Vivemos mais rápido do que antes. O conteúdo rompe a forma. Ele a quebra e a modifica [...] Não há fronteiras entre o fato e a ficção, um transborda o outro. Mesmo a testemunha não é imparcial. *Ao narrar, o homem cria, luta com o tempo assim como o escultor com o mármore. Ele é um ator e um criador*. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 372. Grifos nossos).

Este posicionamento da repórter é bastante relevante para nossa discussão porque sintetiza dois aspectos que se inter-relacionam na constituição do estilo na atividade jornalística: primeiramente, o compromisso do jornalista com “a vida do seu tempo”, com “a história omitida”, contada a partir dos pontos de vista “múltiplos e fragmentados” das testemunhas que participaram dos acontecimentos, coadunando-se com a visão de Tuchman de que “a notícia não espelha a sociedade, mas ajuda a constitui-la como fenômeno social compartilhado” (1983, p.221). O excerto também ressalta o trabalho do repórter enquanto “ator e criador” ao narrar os fatos, o que permite entrever a manifestação de uma autoria e de um trabalho efetuado por um sujeito “com e sobre a língua” (POSSENTI, 2008) dentro do texto jornalístico.

Ancorado na concepção de Granger (1968) para quem “o estilo é modalidade de integração do indivíduo num processo concreto que é trabalho [no qual o sujeito não é uma subjetividade pura, uma consciência kantiana, e, por isso, executa tarefas no texto]” (apud POSSENTI, p. 220), escreve o professor:

O estilo resulta de uma escolha como resultado do trabalho de representar um fenômeno preferencialmente de certa maneira e para produzir certos efeitos em relação a outros possíveis [...] Então, se o locutor busca, dentre os possíveis, um dos efeitos que quer produzir em detrimento de outros, terá de escolher dentre os recursos disponíveis, terá de ‘trabalhar’ a língua para obter o efeito que intenta. E nisto reside o estilo. No *como* o locutor constitui seu enunciado para obter o efeito que deseja obter. (POSSENTI, 2008, p. 215. Grifo nosso).

Mais adiante, ele continua:

Isso significa considerar a linguagem como um mecanismo que permite aos sujeitos diversificadas inserções no real, de acordo com os diversos papéis que exercem na sociedade e conforme a representação que se fazem deles, aí considerando aspectos sociopsicológicos como aspirações, modo de apresentação, objetivos visados etc. (POSSENTI, 2008, p. 224).

Assim, podemos pensar o estilo como uma *maneira de se inserir no real, de se individualizar nele*, sempre levando em conta as circunstâncias específicas de tempo e espaço em que determinado discurso é produzido e recebido pelos leitores. Nos termos de Moretzsohn, “o discurso jornalístico se apresenta como *o* discurso da realidade, quando é *um* discurso sobre a realidade” (2007, p. 130. Grifos da autora), visto que é uma maneira de enxergar a realidade e não a “realidade” mesma. Isso estará marcado no estilo do autor e será diverso do estilo de outros autores, que enxergarão o real a partir de óticas diversas, possibilitando uma alusão à metáfora de Tuchman (1983, p.18), segundo a qual “a notícia é uma janela para o mundo”, o que poderá modular o que será visto por quem olha a realidade (a janela possui cortina? É grande ou pequena?).

A partir dessa concepção de que o estilo é a expressão de uma subjetividade sempre alicerçada em um contexto, observamos que, além do aspecto individual, o estilo sempre mobilizará uma dimensão coletiva, porque “alguns traços apontados como estilísticos nem sempre são totalmente individuais, e sim coletivos, compartilhados por grupos. São jargões, gírias ou terminologias técnicas, incorporadas pelo indivíduo.” (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 160). Na escrita jornalística, além desses elementos técnicos e procedimentais, não podem ser extirpados da produção narrativa – mesmo no que toca aos textos em que marcas de subjetividades são plenamente aceitas - os pilares da objetividade, da clareza e da precisão no relato dos fatos, sob pena de comprometer a credibilidade do texto publicado. Por isso, para se pensar em um estilo pessoal dentro do jornalismo e – no caso particular deste estudo, dentro da reportagem – é necessário estar inserido em uma ordem de discurso amparada no *estilo jornalístico*, pois “é na satisfação do estilo comum do Jornalismo que o repórter encontra espaço e condições

para manifestar sua maneira de reportar os acontecimentos” (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 168). Tomando por base o aporte conceitual de Alceu Amoroso Lima, em seu livro “O jornalismo como gênero literário”, tem-se que:

A objetividade é outro traço natural do jornalismo, como gênero literário. O importante é manter o contato com o *fato*. Tudo mais deriva daí: a informação do fato; a formação pelo fato; a atualidade do fato; o estilo determinado pelo fato. O fato, o acontecimento, é a medida do jornalista [...] Essa objetividade é o que determina as características intrínsecas do *estilo jornalístico* (LIMA, 1969, p. 53. Grifos do autor).

Ora, se pensarmos o jornalismo como atividade executada por um grupo de profissionais submetidos a uma lógica empresarial – visto que a maioria dos repórteres em atividade trabalha em veículos de comunicação – e à chancela do público consumidor das informações, também precisamos considerar a influência das empresas de mídia sobre o estilo jornalístico. Mais do que apenas os padrões canônicos legitimados institucional e socialmente dentro da *práxis* jornalística,

Estariam em jogo, então, não apenas a linguagem, a personalidade, o ritmo dos textos e as técnicas redacionais, mas também a angulação das matérias, o lugar de onde se fala. Incidem também aspectos idiossincráticos, corporativos, ideológicos e influências histórico-contextuais. O estilo assume um papel diferente do desempenhado na literatura: no Jornalismo, não é uma qualidade, mas uma necessidade, uma condição para tornar os textos mais legíveis, mais compreensíveis e mais agradáveis. (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 169).

Seguindo esse entendimento, percebe-se que “o estilo comum do jornalismo exige certas condições intrínsecas e rigorosas” (LIMA, 1969, p. 59), adotando, às vezes, um caráter normativo, prescritivo, no sentido de estabelecer modelos narrativos pouco flexíveis e códigos de conduta profissionais e empresariais a serem seguidos pelos jornalistas em sua atuação profissional. Isso também está relacionado ao fato apontado por Tuchman (1983) de que o jornalismo - enquanto prática capitalista que, como tal, visa ao lucro - sempre buscou atuar como legitimador do *status quo*, como mantenedor da estrutura social vigente. Apesar disso, “se todo sistema tem fissuras, é justo supor a possibilidade de momentos de suspensão que, nos seus limites, realizem o ideal do jornalismo apesar da estrutura que o constrange” (MORETZSOHN, 2007, p. 32). É justamente nesse ponto que se alargam frestas para possibilitar uma atuação mais autônoma do jornalista: “na tensão entre atender a norma e se distanciar dela – não perdendo de vista a adequação do texto à ocasião e ao propósito que lhe deu origem -

que se consegue marcar um estilo, deixar marcas” (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 161).

Amoroso Lima concorda com esse ponto de vista ao afirmar que

preenchidas as condições comuns – precisão, concisão, clareza, cultura – então a liberdade, em vez de ser condicionada pelo gênero, é uma exigência dele mesmo e da condição do próprio jornalista, que é um artista como outro qualquer. Essa característica do estilo próprio passa então a ser a própria afirmação da personalidade, aquilo que faz que um jornalista seja diferente do outro e constitua o seu mundo à parte, o seu estilo próprio. (LIMA, 1969, p. 59).

Como muito bem sintetizou Christofolletti,

para ser autor, é necessário marcar um estilo, deixar traços do que podem vir a se tornar marcas para novos padrões. Assim, no Jornalismo, *para ser autor na reportagem, é preciso que haja uma preocupação em contar os fatos de maneira não automatizada, com margens que permitam reportar os acontecimentos a despeito de qualquer clausura que um manual de redação de empresa possa impor. Na reportagem, a autoria restitui os sujeitos no processo de comunicação*: primeiro porque compreende o leitor como uma instância de alteridade-complementaridade na definição da identidade discursiva de quem escreve; depois porque resgata o autor como jornalista, narrador da contemporaneidade. (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 163. Grifos nossos).

5. Considerações Finais

Este artigo discutiu como o jornalismo - enquanto prática autorizada a representar, interpretar e comentar a realidade - instaurou padrões narrativos e códigos de conduta para os seus profissionais dentro da sociedade contemporânea. Diante de uma crise de sentido de superação pouco provável nos próximos anos, observamos que estes cânones jornalísticos também são postos em xeque: os mitos da objetividade e da narrativa contada a partir de um único ponto de vista, o da “verdade dos fatos”, nunca estiveram tão em descrédito. Em tempos de avanços das novas tecnologias, de utilização massiva das redes sociais e de aumento de veículos de comunicação independentes, isto é, sem vínculo institucional com a Grande Mídia e com os conglomerados empresariais, a importância de ouvir vozes alternativas, responsáveis por agregar opiniões próprias, à parte do discurso oficial, ao debate público ganha maior força e relevância.

Nesse cenário de maior democratização do ecossistema jornalístico, ampliam-se as possibilidades de uma produção mais autoral em jornalismo, na qual o repórter possa ter mais autonomia para propor e executar pautas que abarquem marcas das subjetividades de seus produtores sem deixar de lado o compromisso com os valores clássicos do jornalismo, como a clareza no relato e compromisso com a não deturpação dos fatos. A

reportagem, por ser um formato híbrido, capaz de articular os vieses informativo, interpretativo e opinativo em sua constituição, é o espaço em que essa narrativa mais pessoal e aprofundada alcança maior potencial expressivo. Nela, o repórter pode exercer certas liberdades que fogem à lógica do jornalismo diário como realizar uma apuração imersiva, com tempo e espaço estendidos; construir um relato cena a cena, a partir do ponto de vista do autor (WOLFE, 2005); contextualizar um fenômeno social, político ou histórico levando em conta seus precedentes e seus desdobramentos, criando um quadro analítico sobre o assunto; empreender uma voz autoral.

Uma das condições para que essa voz autoral possa ser exercida é justamente empreender um estilo próprio, individual, dentro da reportagem, sem se afastar do chamado estilo jornalístico, de dimensão coletiva, deontológica. É lógico que, como participante de um grupo profissional com leis de funcionamento pouco flexíveis e também por estar vinculado a um veículo de comunicação detentor de certa linha editorial, o repórter estará sujeito a regras de feição narrativa e organizacional, o que limitará o espaço para a sua expressão pessoal. Contudo, percebemos que, após preencher as condições comuns do estilo jornalístico, o jornalista adquire legitimidade para o exercício consciente de uma expressão autoral, subjetiva, dentro da reportagem. Defendemos uma prática de reportagem em que os traços expressivos dos sujeitos que a escrevem venham à tona, sejam passíveis de serem reconhecidos pelo leitor que estabelece uma relação dialógica com o texto, em uma interação sujeito-sujeito e não sujeito-objeto, como preleciona Cremilda Medina. Uma atuação que integre objetividade e subjetividade, individual e coletivo, autor(es) e leitor(es) no processo, que não se restrinja nem reduza o seu alcance ao mero relato dos fatos. Cientes de que as discussões sobre a autoria na reportagem são complexas e não se esgotam nessas linhas, reiteramos a importância de novos estudos para refletir sobre o exercício, as contribuições e possibilidades que se abrem para a reportagem de autor.

Referências

ALEKSIÉVITCH, S. **Vozes de Tchernóbil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BOURDIEU, P. A influência do jornalismo. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BULHÕES, M. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

BRUM, E. **O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. São Paulo: Globo, 2008.

BRUM, E.; RIBEIRO, J. H.; VIANA, N.; Parte 2/2. In: ____ Série Repórter: Jogo de Ideias. São Paulo: Itaú Cultural, 2011. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-4eYSDDONo8>> Acesso em: 19 abr 2017.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CORNU, D. Subjetividade do jornalista e verdade da informação. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 319-337.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHRISTOFOLETTI, R. **A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem**. Tese de Doutorado apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: ECA-USP, 2004.

FIORIN, J. L.. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2011.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** IN: _____. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.264-298.

LIMA, A. A. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom – RBCC. São Paulo, V. 39, n.1. p. 39-56. Jan-Abr, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>.

MORAES, F. **O Nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción da realidade**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli S.A., 1983

WOLFE, T. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.